

HABEAS CORPUS Nº 552.655 - RJ (2019/0377439-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : JOAO CARLOS GOMES JUNIOR E OUTROS
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS GOMES JUNIOR - RJ201087
VINÍCIUS MARTINS ALFRADIQUE - RJ202306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : R S DE S P (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de R. S. DE S. P. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (*Habeas Corpus* n. 0072966-92.2019.8.19.0000, de relatoria da Desembargadora Marcia Perrini Bodart).

Os autos dão conta de que o paciente foi condenado, por infração ao art. 217-A (por mais de uma vez), c/c o art. 226, II, ambos do Código Penal, à pena de 14 (quatorze anos) de reclusão, a ser inicialmente cumprida em regime fechado. Por ocasião da prolação da sentença, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do réu e lhe negou o direito de recorrer em liberdade, consignando, para tanto, que (e-STJ fl. 27):

[...] diante do Sistema Processo Penal pátrio, que a despeito de admitir diversos recursos contra decisão do Juiz de Primeiro grau, somente a ele dá a autoridade e legitimidade de conhecer e manter contato pessoal com as vítimas e com o réu, tem-se que admitir, ainda que a contragosto para alguns que Princípio da Presunção de Inocência, se afasta diante de uma sentença condenatória. Isto porque, esta decisão pode ser a única e última do processo, basta que as partes não manifestem interesse em apresentar recurso. Se é assim, se basta que o órgão acusador e o réu, permaneçam inertes, se esta decisão tem tamanha força e legitimidade dentro do sistema de garantias de segurança, não há qualquer justificativa para que esta mesma decisão, desde logo, garanta a segurança pública deste município, promessa do preâmbulo constitucional, através da manutenção da custódia cautelar do réu. Assim, considerando a gravidade do crime praticado pelo acusado, visando a garantia da ordem pública, visando a efetividade da segurança pública, e igualmente objetivando a efetiva aplicação da lei penal, mas, principalmente, objetivando a garantia da integridade física e psicológica da vítima, uma criança, já sobremaneira afetada pela aparente impunidade dos crimes aqui plenamente reconhecidos.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem,

que, por maioria de votos, denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fls. 29/30):

HABEAS CORPUS. Paciente condenado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pela prática do crime do artigo 217-A, n/f art. 71, com a incidência da causa de aumento do art. 226, II, todos do Código Penal. Consta dos autos que ele constrangeu a vítima sua sobrinha a com ele praticar conjunção carnal e atos libidinosos diversos. Os abusos sexuais iniciaram quando a criança-vítima tinha seis anos e perduraram até a mesma completar treze anos de idade. O acusado, ora Paciente, respondeu ao processo em liberdade, mas por ocasião da sentença condenatória, a autoridade impetrada decretou a prisão preventiva do condenado e negou-lhe o direito de recorrer em liberdade. Os Impetrantes buscam a concessão da ordem, para que seja reconhecida a nulidade da sentença condenatória, com reabertura de prazo para defesa técnica apresentar alegações finais. Subsidiariamente, caso não seja reconhecida a nulidade da sentença penal condenatória, requer o relaxamento da prisão preventiva, sustentando, em síntese, que o Paciente respondeu em liberdade toda a instrução processual, não existindo nenhum fato novo superveniente que justifique a custódia cautelar. A presente ação constitucional não merece ser conhecida, em relação ao pleito de reconhecimento de nulidade da sentença. A via eleita mostra-se inadequada, porquanto a existência de eventual vício na sentença penal condenatória, e demais teses defensivas, deverão ser deduzidas em recurso de apelação e apreciadas pelo colegiado no momento próprio. Não assiste razão aos Impetrantes quanto ao pleito de relaxamento da custódia cautelar. A prisão preventiva decretada na sentença apresenta fundamentação perfeitamente clara e coerente, sobretudo diante de um julgamento condenatório, atendendo, assim, a determinação do art. 93, IX da nossa Constituição. A Magistrada a quo levou em conta a gravidade concreta do crime praticado pelo acusado e decretou a prisão preventiva, “visando a garantia da ordem pública, visando a efetividade da segurança pública, e igualmente objetivando a efetiva aplicação da lei penal, mas, principalmente, objetivando a garantia da integridade física e psicológica da vítima, uma criança, já sobremaneira afetada pela aparente impunidade dos crimes aqui plenamente reconhecidos”. A comprovação de condições pessoais favoráveis aos indiciados ou acusados, como primariedade, residência fixa ou trabalho lícito não tem o condão, por si só, de afastar a necessidade da cautela extrema. Por todo o exposto, voto no sentido de NÃO CONHECER o presente writ, no que tange ao pleito de nulidade da sentença, por inadequação da via eleita e, no mérito, DENEGAR A ORDEM.

No presente writ, a defesa afirma que "a defesa técnica em 16/10/2019, peticionou (documento em anexo) sendo juntada nos autos em 25/10/2019, requerendo que fosse oportunizado a defesa técnica a possibilidade de contraditar, em juízo, todas

as pessoas ouvidas por ocasião do estudo psicossocial que não funcionaram no processo como testemunhas, seja de acusação ou de defesa", e que, "contudo, surpreendentemente, em 31/10/2019, a magistrada YEDDA CHRISTINA CHING SAN FILIZZOLA ASSUNÇÃO, titular do juízo no qual tramita a ação penal, converteu, para dizer o mínimo, sem sentido, a petição de impugnação do relatório psicossocial em alegações finais defensivas" (e-STJ fl. 5).

Acrescenta que, "em ato contínuo, proferiu a sentença penal condenatória, sem que a defesa fosse intimada para, de fato, apresentar alegações finais, decretando a prisão cautelar do Paciente sem qualquer fato novo que a justificasse" (e-STJ fl. 5).

Sustenta que, "além da nulidade absoluta da sentença penal condenatória proferida sem apresentação de alegações finais defensivas, a prisão preventiva, por ser decorrente exclusivamente de um ato (sentença condenatória) absolutamente ilegal, também se encontra maculada pela ilegalidade antecedente" e que "o Paciente respondeu a instrução processual penal em liberdade, sem imposição, sequer, de alguma medida cautelar prevista no artigo 319 do Código de Processo Penal" (e-STJ fls. 9 e 10).

Assevera que "a mesma magistrada que agora decretou a segregação cautelar do Paciente, anteriormente, durante a instrução processual penal, entendeu por duas vezes não ser a medida necessária" (e-STJ fl. 11).

Por isso, requer, "a concessão de MEDIDA LIMINAR para suspender a ação penal até o julgamento do mérito do presente habeas corpus, restabelecendo-se imediatamente a liberdade do Paciente, tendo em vista que ser cerceamento é decorrente exclusivamente de ato (sentença condenatória) nulo, haja vista a inexistência de alegações finais", e, "caso o pedido acima não seja acolhido, requer, ainda em liminar, o relaxamento da prisão cautelar do Paciente, nos termos do voto vencido do Desembargador Vogal João Zivaldo Maia" (e-STJ fl. 14).

No mérito, pleiteia "a anulação da sentença penal condenatória, uma vez que fora proferida sem alegações finais defensivas, determinando-se abertura de prazo para defesa técnica apresentar os devidos memoriais e, conseqüentemente, o

Superior Tribunal de Justiça

relaxamento da prisão preventiva do Paciente, tendo em vista ser decorrente exclusivamente de ato (sentença condenatória) nulo, com a consequente expedição do competente alvará de soltura em favor do Paciente", e, "caso não seja reconhecida a nulidade da sentença penal condenatória, requer o relaxamento da prisão preventiva por manifesta afronta ao artigo 387, § 1º, do Código de Processo Penal e artigo 93, IX, da Constituição Federal, haja vista que o Paciente respondeu em liberdade toda a instrução processual penal não existindo nenhum fato novo superveniente que justificasse a segregação cautelar" (e-STJ fls. 14/15).

Liminar indeferida à e-STJ fls. 141/145.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ (e-STJ fls. 187/192).

É o relatório.

Pois bem. A presente impetração encontra-se prejudicada, tendo em vista que as alegações aqui formuladas já foram examinadas por este relator no bojo do RHC n. 122.615/RJ, o qual foi interposto, inclusive, contra o mesmo acórdão que ora se impugna.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator